

Lula, a conta da crise não é dos servidores!

Capitalistas lucram com a especulação desenfreada, mas na hora do prejuízo querem fazer os trabalhadores pagar a conta

As MPs 440 e 441, aprovadas na Câmara, reestruturaram tabelas salariais dos servidores, embora com valores abaixo do reivindicado.

A mídia patronal, contudo, critica essas MPs. Alega a crise financeira para argumentar que “não é hora de aumentar despesas”. Porém, nada reclamam a respeito da maciça injeção de dinheiro público nos bancos privados.

Aos servidores interessa saber quem são os responsáveis pela crise, suas conseqüências e quais as soluções. Afinal, quem vai abrir mão dos direitos e reivindicações para salvar banqueiros?

■ Como apareceu essa conta

Para garantir o lucro dos capitalistas, o FMI, Banco Mundial e outros “organismos internacionais” passaram décadas exigindo a redução do salário direto e indireto dos trabalhadores. Sua “receita” é privatização, supressão de serviços públicos gratuitos - saúde e educação -, substituição da previdência por fundos de pensão, por exemplo.

Mas essas políticas reduzem o poder aquisitivo da população e, por isso mesmo, estreitam o mercado de consumo. Em conseqüência, o grande volume de capital que circula no mundo, encontra cada vez mais dificuldade para obter lucros pela produção e venda de mercadorias. Forçosamente, esse excesso de capital segue para a especulação e o parasitismo.

A exportação e o comércio de capitais passaram a sobrepujar o comércio de mercadorias. Não por acaso, a “livre circulação de capitais entre as fronteiras nacionais” era um dos principais dogmas do chamado “Consenso de Washington”. Essas são as raízes da crise.

Elas se ligam, também, à crise dos preços de alimentos, que também foram alvo da especulação (“commodities”).

■ Da crise imobiliária à crise financeira

A especulação provoca, periodicamente, altas artificiais de preços. São as “bolhas especulativas”. As “bolhas” estouram quando “o mercado” - a população - não mais acredita no valor fixado para cer-

nos EUA ficam sem teto e vão viver em barracas (“homeless tent city”). Os títulos que representavam essas hipotecas “micaram” nas carteiras dos Bancos (“créditos podres”). Como tais papéis eram negociados e renegociados na espiral sem fim dos “derivativos”, sucessivas quebras atingiram todo o sistema. O movimento sindical dos EUA denuncia que a crise foi agravada pela dívida de 3 trilhões

do ameaça utilizar um dos artigos da MP 441 para adiar reajustes.

Generosos com os banqueiros, os governos dos EUA, Europa e Ásia nada fazem diante da miséria que cresce. Os trilhões de dólares utilizados pelos para “socorrer os bancos” saem de algum lugar. Primeiro, eles serão arrancados dos trabalhadores dos respectivos países. Mas devido à “liberação das barreiras”, também tentarão retirá-los de países como o Brasil. A brusca queda das bolsas e a alta exponencial do dólar empobrecem a nação.

■ O que acontece se os banqueiros não forem salvos

Para proteger a moeda nacional e o sistema financeiro, os governos não precisam “salvar banqueiros”. Ao contrário, a crise é a prova de que os interesses privados devem ser afastados da política monetária, cambial e de crédito. Trata-se da soberania do país e da proteção do mercado nacional, que não pode ficar subordinado, como está hoje, à voracidade dos especuladores.

A crise mostrou que os banqueiros privados não empenham o seu patrimônio. Eles apenas ameaçam dinheiro do público, que está em circulação, para dar empréstimos. Ora, se o dinheiro é do público, porque permitir que seja entesourado por mãos privadas?

Os servidores estão atentos. O governo tentará impor aos sindicatos o “consenso” para que aceitem o “remédio amargo” da salvação dos bancos. Seria a destruição da independência sindical. Os servidores não aceitam. Diante da crise, vamos exigir medidas para proteger a população trabalhadora e não os banqueiros e parasitas especuladores.

As soluções para a crise

A favor dos banqueiros e da especulação

- Governos compram “créditos podres” e estatizam o prejuízo
- Criação de “autoridade monetária mundial”, ao mesmo tempo que os mercados nacionais são desregulados e subordinados à uma falsa “regulação mundial”
- Maior enfraquecimento dos estados nacionais

X

A favor dos servidores e demais trabalhadores

- Estatização dos bancos, sem indenização aos banqueiros;
- Antecipação dos reajustes dos servidores e reajuste do salário mínimo
- Paridade ativo-aposentados-pensionistas
- Estabilidade para os trabalhadores ameaçados de demissão
- Medidas de proteção do mercado e da soberania nacional

tas mercadorias ou títulos de crédito.

No caso atual, o preço de imóveis nos EUA estava supervalorizado pela especulação. A crise sobreveio quando esses preços caíram, aproximando-se do seu valor real. As dívidas de milhões de mutuários ficaram muito acima do valor dos imóveis.

Os trabalhadores passaram a desfazer as hipotecas e entregar suas residências aos Bancos. Diariamente, cada vez mais pessoas

de dólares imposta pelas guerras no Iraque e Afeganistão.

■ Conseqüências no Brasil

Mesmo a maioria da população que não tem dinheiro em ações poderá ser atingida pela crise. Empresas já anunciam férias coletivas, redução da produção. É a ante-sala das demissões. Os servidores já percebem a pressão pelo “corte de gastos”. O relator do Orçamento de 2009 adiou seu parecer para “revisar com austeridade”. O Ministro Paulo Bernar-

▶ MPs 440 e 441

A luta pelas emendas continua

A toque de caixa, a Câmara aprovou nesta quarta-feira, 15.10, as MPs 440 e 441. Entre as pouquíssimas alterações aceitas, estão a ampliação das possibilidades de cessão e a diminuição de restrições na dedicação exclusiva. As emendas foram quase todas rejeitadas no mérito mas tiveram aceita sua constitucionalidade. Poderão, portanto, ser retomadas na votação no Senado, que deve ocorrer após o segundo turno das eleições municipais.

Violência contra a greve



Um despacho judicial determinou o retorno ao trabalho dos servidores do DNIT sujeitando a Condsef a multa diária de R\$ 50 mil. O despacho supõe que não se esgotaram as possibilida-

des de negociação. Mas a verdade é que a greve só foi iniciada porque a SRH recusou-se terminantemente a negociar a correção dos problemas da MP 441, os quais configuram clara rup-

tura de acordo. Os servidores nunca deixaram de tentar o diálogo com o governo, que manteve a posição de não abrir negociação.

A notícia dessa sentença chegou na tarde da sex-

ta-feira, dia 17.10, depois da assembléia diária dos servidores. Como a greve é nacional, a questão será analisada em assembléias estaduais na segunda-feira, dia 20.10.

▶ MPlanejamento

Cresce nacionalmente a campanha "Eu quero a minha GSISTE"

No dia 15.10, os servidores dos setores do Ministério do Planejamento (SEAIN, Assessoria Jurídica, SPU e Secretaria Executiva), que não recebem a Gratificação Temporária



dos Órgãos Centrais (GSISTE), realizaram o terceiro ato pela distribuição da gratificação a todos os setores do órgão, com paralisação dos trabalhos pela manhã.

Apesar da tentativa de intimidação dos dirigentes da SPU, em Brasília, que ameaçaram com o corte de ponto, 24 Gerências Regionais também fizeram paralisações no mesmo horário.

Durante o ato, em Brasília, os servidores reafirmaram a manutenção da cam-

panha "Eu quero a minha GSISTE". Novo ato está marcado para a quarta-feira, dia 22.10, precedido por assembléias locais para discutir estratégias de mobilização.

Enquanto isso, a Comissão Parlamentar dos servidores continua trabalhando no Congresso Nacional em contato com parlamentares que apóiam a causa. Os servidores aguardam com grande expectativa a reunião com a SRH que está marcada para o dia 6.11.

▶ Funasa

Servidores mobilizados contra ameaças ao órgão

Servidores da Funasa de mais de vinte estados vieram a Brasília no dia 13.10 para participar do ato contra o Projeto de Lei 3.958, encaminhado pelo ministro José Gomes Temporão ao Congresso Nacional. O PL cria a Secretaria de Atenção Primária e Promoção da Saúde, que transfere atribuições que hoje competem a Funasa para o Ministério da Saúde.

Sob pressão da manifestação, a secretária-executiva do MS, Márcia Bassit, recebeu uma comissão de servidores mas reafirmou que o governo quer manter o PL. Disse que o grupo de trabalho do governo que estuda a reestruturação da Funasa e a nova Se-

cretaria deve concluir seus trabalhos no dia 12.11.

A futura Secretaria é uma tentativa do governo de dar seqüência ao esvaziamento da Funasa e essas novas ameaças podem levar à sua extinção.

Durante o Encontro Nacional dos servidores da Funasa, ocorrido em 12.10, os servidores reafirmaram a posição contrária ao PL 3.958 e decidiram que a Condsef deve negociar com o governo a questão da lotação dos servidores cedidos e descentralizados para estados e municípios.

Nesta quinta-feira (23), haverá nova assembléia, às 15h, no auditório do Sindsep-DF.

▶ Aposentados

Encontro reafirma luta pela paridade

A Secretaria de Aposentados do Sindsep-DF organizou vitoriosa Assembléia que elegeu 10 delegados para o Encontro dos Aposentados da Condsef, obedecendo o estatuto da entidade.

O Encontro contou com a presença de 20 estados e sua principal deliberação foi preparar uma campanha nacional, a partir da CUT, pelo restabelecimento da paridade.

Em Brasília, a Secretaria de Aposentados do Sindsep-DF impulsiona as "Brigadas de luta pela paridade", que estarão engajadas no calendário da CUT e da Condsef.

A Secretaria também presta atendimento em todas as questões do interesse da categoria, inclusive com um plantão exclusivo para aposentados e pensionistas toda segunda-feira, no período da tarde.

▶ MMA



14.10: servidores do MMA entregam a pauta de reivindicações ao ministro e lançam a campanha "Ministro Minc, vista o colete da reestruturação da carreira!". A intenção é que a campanha ganhe escala, até que o ministro ajude a derrubar a barreira no MPOG e as reivindicações "internas" e "externas" sejam atendidas.

▶ Civis de órgãos Militares

17.10: servidores civis de Órgãos Militares realizam ato para cobrar do governo a reabertura do GT da categoria.



EXPEDIENTE: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - SINDSEP/DF - Fone: 3212-1900. Colaboraram nesta edição: Augusto Tomazini, Carlos Henrique, Cleusa Cassiano, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Oton Neves - Secretaria de Comunicação e Imprensa; Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (adjuntos) - Jornalista: Giselle do Valle DF2361JP - Assistente de Redação: Leide Santos - Diagramação: André Filho - Fotos: Jane Franco - Tiragem: 14.000 - Impressão: Intergraf - Contribua com a elaboração do "Espalada Geral". Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

28.10: Dia do Servidor

"Este ano, a data não passará em branco", afirma o Secretário-Geral do Sindsep, Oton Neves. Será uma oportunidade para lembrar ao governo que os servidores não pagarão por uma crise financeira ocasionada pela ganância capitalista. Eles embolsam os lucros e agora querem "socializar os prejuízos"! No dia 28, o Sindsep-DF homenageará os servidores públicos com um ato político na Esplanada.

Vamos engrossar o coro contra o que o governo já está denominando de "revisão das negociações". Vamos impulsionar a luta pelas nossas emendas às MPs 440 e 441. Vamos reafirmar o conjunto das reivindicações, como a defesa da previdência, a paridade ativo-aposentado. E também vamos começar a levantar o reajuste dos benefícios, como o Auxílio Refeição. Afinal, R\$ 161,99 por mês já virou auxílio-lanchinho.

Ato público do Dia do Servidor 28 de outubro terça-feira

Espaço do Servidor Esplanada dos Ministérios - ao lado do Bloco C Concentração a partir das 12h

Agenda

21.10 - terça-feira, assembléia dos servidores de nível médio do FNDE, às 14h30, na entrada principal do FNDE

23.10 - quinta-feira - assembléia dos servidores do Ministério da Previdência Social, às 10h, no Hall do 3º andar - Anexo A

Leia mais em www.sindsep-df.com.br

- **FNDE**
Direção do órgão recebe Sindsep-DF
- **MPS**
Servidores buscam isonomia salarial com o INSS
- **Demitidos do governo Collor/Conab**
Assessoria jurídica do Sindsep-DF elabora requerimento para garantir a anistia aos demitidos

- **Conab**
Negociação do PCS avança
- **MMA/Ibama/ICMBio**
Seminário discute a reestruturação da carreira dos servidores do Meio Ambiente
- **Artigo**
Recursos Públicos em Organismos Internacionais